

Alerta Legislação nº 17, de 22 a 27 abr. 2019

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

DECRETO Nº 9.772, DE 26 DE ABRIL DE 2019

Encerra a hora de verão no território nacional.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
26/04/2019 (Ed. Extra)	<u>DECRETO Nº 9.772, DE 26 DE ABRIL DE 2019</u> Encerra a hora de verão no território nacional.
25/04/2019	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 167, DE 24 DE ABRIL DE 2019</u> Dispõe sobre a Empresa Simples de Crédito (ESC) e altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (*) (Lei de Lavagem de Dinheiro), a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 (**), e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (***) (Lei do Simples Nacional), para regulamentar a ESC e instituir o Inova Simples. <i>(*) Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências.</i> <i>(**) Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.</i> <i>(***) Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.</i> <u>LEI Nº 13.818, DE 24 DE ABRIL DE 2019</u> Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), para dispor sobre as publicações obrigatórias e ampliar para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários.

	<p><u>LEI Nº 13.817, DE 24 DE ABRIL DE 2019</u> Outorga o título de Patrono da Tecnologia da Informação da Aeronáutica ao Major-Brigadeiro Engenheiro Tércio Pacitti.</p> <p><u>LEI Nº 13.816, DE 24 DE ABRIL DE 2019</u> Inscreve os nomes de Dandara dos Palmares e de Luiza Mahin no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.</p> <p><u>LEI Nº 13.815, DE 24 DE ABRIL DE 2019</u> Inscreve o nome de Ulysses Silveira Guimarães no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.</p>
23/04/2019	<p><u>DECRETO Nº 9.771, DE 22 DE ABRIL DE 2019</u> Altera o Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, para permitir a subdelegação de competência ao Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.770, DE 22 DE ABRIL DE 2019</u> Altera o Decreto nº 8.863, de 28 de setembro de 2016, que dispõe sobre a criação, a estrutura e as atribuições do Ombudsman de Investimentos Diretos.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	<p style="text-align: center;">MARGINÁLIA FEDERAL</p>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	<p>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA <u>PORTARIA Nº 68, DE 23 DE ABRIL DE 2019</u> (...) Art. 1º Submeter à consulta pública, por um prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa, anexo II da presente Portaria, que estabelece os procedimentos e condições de realização de estudos de estabilidade para o registro ou alterações pós-registro de produtos biológicos de uso veterinário. (...)</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 23 DE ABRIL DE 2019</u> (...) Art. 1º Fica aprovado o plano de amostragem e os limites de referência para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal - PNCRC de 2019 para as cadeias de carnes bovina, suína, caprina, ovina, equina, de coelho, de aves e de avestruz, de leite, pescado, mel e ovos. (...)</p>
Ministério da Cidadania	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 23 DE ABRIL DE 2019</u> Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, homologação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do</p>

	<p>mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>RESOLUÇÃO Nº 14, DE 18 DE ABRIL DE 2019</u> Estabelece normas gerais para a realização das conferências extraordinárias de assistência social em âmbito nacional, estadual e do Distrito Federal.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 12, DE 18 DE ABRIL DE 2019</u> Dispõe sobre a convocação extraordinária da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 10, DE 18 DE ABRIL DE 2019</u> Dispõe sobre a aprovação do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), 1º trimestre - exercício de 2019.</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 26/GM-MD, DE 16 DE ABRIL DE 2019</u> Aprova a Estratégia Setorial de Defesa 2020-2031.</p> <p><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 25/GM-MD, DE 16 DE ABRIL DE 2019</u> Aprova a Política Setorial de Defesa 2020-2031 e o Mapa Estratégico do Setor de Defesa.</p> <p><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 24/GM-MD, DE 16 DE ABRIL DE 2019</u> Aprova a Identidade Estratégica do Setor de Defesa.</p>
<p>Ministério da Economia</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 179, DE 22 DE ABRIL DE 2019(*)</u> Dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços. (*) Republicada por ter saído com incorreção do original publicado no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2019, Seção 1, Página 103.</p> <p>BANCO CENTRAL DO BRASIL – Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 3.940, DE 17 DE ABRIL DE 2019</u> Dispõe sobre o registro de responsáveis no sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central do Brasil (Unicad) pela remessa de informações e pelas operações de meio circulante e altera a Circular nº 3.538, de 1º de junho de 2011.</p> <p><u>CIRCULAR Nº 3.939, DE 17 DE ABRIL DE 2019</u> Altera a Circular nº 3.689, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta, no âmbito do Banco Central do Brasil, as disposições sobre o capital estrangeiro no País e sobre o capital brasileiro no exterior.</p> <p><u>CIRCULAR Nº 3.938, DE 17 DE ABRIL DE 2019</u> Altera a Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor</p>

	<p>de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), a identificação, mensuração e controle do IRRBB, e altera a Circular nº 3.930, de 14 de fevereiro de 2019, nos dispositivos relacionados à divulgação pública e remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas ao IRRBB para as instituições enquadradas no Segmento 3 (S3).</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.886, DE 17 DE ABRIL DE 2019</u> Revoga dispositivos da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 4 de novembro de 2011, que estabelece termos e condições para instalação e funcionamento de portos secos.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.885, DE 17 DE ABRIL DE 2019</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.800, de 21 de março de 2018, que dispõe sobre a prestação de serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada e a exportar e regula o processo de credenciamento de órgãos, entidades e peritos, e a Instrução Normativa RFB nº 1.851, de 29 de novembro de 2018.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.884, DE 17 DE ABRIL DE 2019</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.787, de 7 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras entidades e Fundos (DCTFWeb).</p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 851, DE 22 DE ABRIL DE 2019</u> Altera a Portaria nº 1.602, de 28 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a implementação, junto às redes de educação básica municipais, estaduais e do Distrito Federal, das ações do Programa de Inovação Educação Conectada.</p> <p><u>PORTARIA Nº 847, DE 22 DE ABRIL DE 2019</u> Institui o Programa de Suporte à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino, com vistas à aplicação de recursos de custeio em projetos de manutenção, destinados ao desenvolvimento da educação básica.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) ↳ Câmara de Educação Superior (CES) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 24 DE ABRIL DE 2019</u> Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.</p> <p>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB) <u>PORTARIA Nº 12, DE 23 DE ABRIL DE 2019</u> Divulga as tecnologias educacionais com inscrição validada - Edital 25, de 02 de abril de 2018 - 2º ciclo</p> <p>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU) ↳ Comissão Nacional de Residência Médica <u>RESOLUÇÃO Nº 26, DE 22 DE ABRIL DE 2019</u> Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica na Área de Atuação em Neurorradiologia.</p>

<p>Ministério de Minas e Energia</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP <u>RESOLUÇÃO Nº 783, DE 25 DE ABRIL DE 2019</u> Altera a Resolução ANP nº 49, de 30 de novembro de 2016, que regulamenta o exercício da atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP, e a Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, que regulamenta o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, para adiar a vedação da atividade de revenda de GLP pelos distribuidores.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 782, DE 18 DE ABRIL DE 2019</u> Estabelece os preços de referência do gás natural produzido no mês de março de 2019.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 781, DE 18 DE ABRIL DE 2019</u> Estabelece os preços de referência dos petróleos produzidos no mês de março de 2019.</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS (SCTIE) <u>PORTARIA Nº 24, DE 24 DE ABRIL DE 2019</u> Torna pública a decisão de incorporar o nusinersena para atrofia muscular espinhal (AME) 5q tipo I, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><u>PORTARIA Nº 23, DE 23 DE ABRIL DE 2019</u> Torna pública a decisão de incorporar o transplante de fígado para insuficiência hepática hiperaguda-IHH relacionada à febre amarela - FA, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>27/04/2019</p>	<p><u>DECRETO Nº 64.211, DE 26 DE ABRIL DE 2019</u> Transfere os cargos e a função-atividade que especifica e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 64.210, DE 26 DE ABRIL DE 2019</u> Integra no Sistema Único de Saúde do Estado de São Paulo - SUS/SP, para fins de atribuição da Gratificação pelo Desempenho e Apoio às Atividades Periciais e de Assistência à Saúde - GDAPAS, e da Gratificação Especial de Suporte à Saúde - GESS, a unidade de saúde da Secretaria da Administração Penitenciária que especifica e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 64.209, DE 26 DE ABRIL DE 2019</u> Integra no Sistema Único de Saúde do Estado de São Paulo - SUS/SP, para fins de atribuição da Gratificação pelo Desempenho e Apoio às Atividades Periciais e de Assistência à Saúde - GDAPAS, e da Gratificação Especial de Suporte à Saúde - GESS, a unidade de saúde da Secretaria da Administração Penitenciária que especifica e dá</p>

	<p>providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 64.208, DE 26 DE ABRIL DE 2019</u> Dá nova redação a dispositivo do Decreto nº 57.467, de 27 de outubro de 2011, que dispõe sobre o cadastramento dos beneficiários de complementação de aposentadoria, pensão da Revolução Constitucionalista de 1932, pensões parlamentares e pensões de caráter especial, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 64.207, DE 26 DE ABRIL DE 2019</u> Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 57.314, de 8 de setembro de 2011, que institui, sob a coordenação do então denominado Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, o Programa Escola de Qualificação Profissional e dá providências correlatas</p>
26/04/2019	<p><u>DECRETO Nº 64.187, DE 17 DE ABRIL DE 2019 (RETIFICAÇÃO)</u> Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas Retificação do D.O. de 18-4-2019 No "caput" do inciso III do artigo 9º, no "caput" do artigo 49, e no inciso XII do artigo 75, onde-se lê: Departamento de Atendimento Especializado, leia-se: Departamento de Modalidades Educacionais e Atendimento Especializado (...)</p> <p><u>DECRETO Nº 64.200, DE 25 DE ABRIL DE 2019</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	<p>AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS (APTA) → Instituto Biológico (IB) <u>PORTARIA IB-8, DE 24-4-2019</u> Inclui e Exclui atribuições dos Centros de Pesquisa e dos Centros Avançados de Pesquisa do Instituto Biológico, tendo em vista atualizar algumas áreas de atuação</p>
Educação (SE)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE-16, DE 18-4-2019</u> Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar 1.078, de 17-12-2008</p>
Fazenda e Planejamento (SFP)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP 42, DE 25-04-2019</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de março de</p>

	<p>2018 a fevereiro de 2019</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>COMUNICADO CAF-G 00006, DE 23-04-2019</u> 1. Considerando o disposto no parágrafo 3º do artigo 5º da Lei 16.884, de 21-12-2018, informa os repasses financeiros para as Universidades Estaduais 1º Trimestre de 2019.</p> <p><u>COMUNICADO CAF-G 00005, DE 22-04-2019</u> O Coordenador da Administração Financeira, em cumprimento ao disposto no artigo 162 da Constituição Federal e no artigo 8º da Lei Complementar 63, de 11-01-1990, informa, em anexo, o valor da quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação do mês de março de 2019.</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) SUPLEMENTO - FAZENDA COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>NOTIFICAÇÃO</u> Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.</p>
<p>Governo (SG)</p>	<p>AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARTESP) Comunicado <u>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO</u></p> <p>AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP 863, DE 25-4-2019</u> Dispõe sobre a homologação de contratos de fornecimento de gás canalizado celebrados entre a Companhia de Gás de São Paulo - COMGAS e Usuários</p>
<p>Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA - 25, DE 24-04-2019</u> Artigo 1º - Fica revogada a Resolução SMA 10, de 26-02-2009, que reconheceu como de interesse público e em caráter de perpetuidade a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN denominada “Tijucopava”, em uma área de 40,63 hectares, localizada no Município de Guarujá, Estado de São Paulo, de propriedade da Acisa Incorporações Ltda, registrada na matrícula 70.082 – Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá (lote 1, quadras 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11).</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>

27/04/2019

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 561, DE 2019

Obriga as concessionárias de telefonia fixa e celular a cancelarem a multa de fidelidade na forma que menciona.

[DOE, Legislativo, 27/04/2019, p. 7](#)

PROJETO DE LEI Nº 560, DE 2019

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Orientação profissional Especial - POPE, voltado aos jovens em situação de vulnerabilidade social.

[DOE, Legislativo, 27/04/2019, p. 7](#)

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 2019

Susta os efeitos do [Decreto nº 64.185, de 12 de abril de 2019](#), que reorganiza e altera a denominação do Conselho Estadual de Política Cultural, da Secretaria da Cultura e Economia Criativa, e dá providências correlatas.

[DOE, Legislativo, 27/04/2019, p. 7](#)

26/04/2019

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA Nº 7, DE 2019, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Altera os artigos 23, 24, 74, 79-B, 80, 81, 138, 139, 141, 142, Seções III, IV, V e VI do Capítulo III do Título III e acrescenta artigos 63 a 69 nos Atos de Disposições Transitórias da [Constituição do Estado](#)

[DOE, Legislativo, 26/04/2019, p. 8](#)

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 558, DE 2019

Altera a redação da [Lei nº 9.914, de 12 de fevereiro de 1998](#), que autoriza o acesso, à título gratuito, de policiais militares às estações de trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, e adota outras providências

[DOE, Legislativo, 26/04/2019, p. 11](#)

PROJETO DE LEI Nº 553, DE 2019

Cria Programa Interdisciplinar de Mediação Escolar nas escolas da rede estadual de ensino.

[DOE, Legislativo, 26/04/2019, p. 10](#)

PROJETO DE LEI Nº 552, DE 2019

Proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas nos terminais de ônibus metropolitanos e terminais rodoviários no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 26/04/2019, p. 10](#)

PROJETO DE LEI Nº 551, DE 2019

Dispõe sobre o cancelamento ou suspensão de plano de telefonia, na vigência de contrato de permanência mínima, nos casos de furto ou roubo do aparelho ou *chip* celular, e dá providências correlatas.

[DOE, Legislativo, 26/04/2019, p. 10](#)

PROJETO DE LEI Nº 548, DE 2019

Dispõe sobre a proteção às gestantes participantes de concursos públicos estaduais.

[DOE, Legislativo, 26/04/2019, p. 10](#)

	<p><u>PROJETOS DE LEI Nº 547, 554-557 DE 2019</u> Classifica Nova Odessa, Osvaldo Cruz, Guarani D'Oeste, Americana, Conchal como "Municípios de Interesse Turístico". DOE, Legislativo, 26/04/2019, p. 9-11</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 545, DE 2019</u> Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 10.313, de 20 de maio de 1999(*), alterada pela Lei nº 14.863, de 15 de março de 2011. (*) <i>Veda qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos ou particulares, comerciais, industriais e residenciais multifamiliares existentes no Estado.</i> DOE, Legislativo, 26/04/2019, p. 9</p> <p><u>PROJETOS DE LEI Nº 542-543, DE 2019</u> Autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade do Poupatempo nos municípios de: Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba DOE, Legislativo, 26/04/2019, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 539, DE 2019</u> Dispõe sobre a prevenção e o combate a incêndio nos clubes, academias, ginásios desportivos e alojamentos de atletas no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 26/04/2019, p. 8</p>
<p>25/04/2019</p>	<p>PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 6, DE 2019, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> Acrescenta os §§ 11 e 12 ao artigo 175 da Constituição do Estado, alterando os repasses das emendas individuais diretamente, independentemente da celebração de convênios DOE, Legislativo, 25/04/2019, p. 23</p> <p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 39, DE 2019</u> Inclui inciso no Artigo 1º da Lei Complementar nº 687, de 07 de outubro de 1992.</p> <p>"Artigo 1º - ... I - ... II - ... III -...em distritos e assentamentos." (NR).</p> <p><i>JUSTIFICATIVA</i> A Lei Complementar nº 687, de 07 de outubro de 1992 institui Adicional de Local de Exercício (ALE) aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar,...</p> <p>DOE, Legislativo, 25/04/2019, p. 23</p> <p><u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 38, DE 2019</u> Altera os artigos 4ºA e 4ºB e acrescenta o artigo 4ºC à Lei Complementar nº 857, de 20 de maio de 1999, que "Dispõe sobre o gozo de licença-prêmio no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta e de outros Poderes do Estado e dá outras providências." DOE, Legislativo, 25/04/2019, p. 23</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 538, DE 2019</u> Dispõe sobre a proibição de retenção de macas das ambulâncias do</p>

	<p>SAMU, do Corpo de Bombeiros Militar e de outras unidades móveis pré-hospitalares de atendimento de urgência de natureza pública ou privada, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 25/04/2019, p. 25</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 536, DE 2019</u> Estabelece diretrizes para regulamentação da atividade do serviço remunerado de entregas, por meio de aplicativos ou outras plataformas virtuais de rede, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 25/04/2019, p. 25</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 535, DE 2019</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de locação, atuantes no Estado de São Paulo, a fazerem emplacamento dos automóveis que operem no Estado. DOE, Legislativo, 25/04/2019, p. 25</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 532, DE 2019</u> Institui o Fundo Especial da Polícia Civil para o Combate do Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro - FEPCCOLD DOE, Legislativo, 25/04/2019, p. 23</p>
<p>24/04/2019</p>	<p><u>PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO</u> <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 5, DE 2019, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> Altera o § 2º do artigo 126, e acrescenta os §§ 9º, 10, 11 e 12 ao artigo 140 da Constituição do Estado. (...) Artigo 1º - O § 2º do artigo 126 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 126 - (...) (...) § 2º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, ressalvados os casos previstos nesta Constituição." (NR). Artigo 2º - O artigo 140 da Constituição do Estado passa a vigorar acrescido do §§ 9º, 10, 11 e 12, com a seguinte redação: "Artigo 140 - (...) (...) § 9º - Os integrantes das carreiras policiais civis serão promovidos 'ex officio' para a classe imediatamente superior, independentemente de vaga, interstício ou habilitação, ao completar 30 (trinta) anos de serviço ativo, se homem, ou 25 (vinte e cinco) anos de serviço ativo, se mulher. § 10 - Na passagem para a inatividade dos integrantes das carreiras policiais civis, ou em caso de falecimento, observar-se-á o seguinte: 1. os que ainda não estiverem na última classe da respectiva carreira serão promovidos, independentemente de vaga, interstício ou habilitação, para a classe imediatamente superior àquela em que se encontrarem; 2. aos que já estiverem na última classe da respectiva carreira, será atribuída a diferença entre o valor do padrão de vencimento de seu cargo e o da classe imediatamente inferior. § 11 - No cálculo de proventos de aposentadoria e no de pensões, serão devidamente consideradas a promoção e a atribuição de que</p>

tratam, respectivamente, os itens 1 e 2 do § 10, bem como os correspondentes reflexos nas demais parcelas que compunham a remuneração do servidor.

§ 12 - Não se aplicará o disposto nos §§ 10 e 11 a servidores promovidos nos termos do § 9º, exceto aos que tiverem falecido ou passado para a inatividade em consequência de lesões recebidas ou de doenças contraídas em razão do serviço." (NR).

Artigo 3º - Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2013.

[DOE, Legislativo, 24/04/2019, p. 11](#)

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 37, DE 2019

Altera a redação do artigo 213, § 2º da [Lei Nº 10.261, de 28 de outubro de 1968](#), que dispõe sobre a perda do direito de licença prêmio quando da passagem à inatividade dos servidores públicos.

[DOE, Legislativo, 24/04/2019, p. 11](#)

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 529, DE 2019

Autoriza o Poder Executivo a destinar 50% (cinquenta por cento) do valor arrecadado com multas originárias de Bafômetro para obras, aquisição de equipamentos, veículos e ativos para o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 24/04/2019, p. 13](#)

PROJETO DE LEI Nº 523, DE 2019

Dispõe sobre o incentivo de doação dos cupons ou notas fiscais referentes aos créditos do Programa Nota Fiscal Paulista em estabelecimentos farmacêuticos e congêneres para as Santas Casas ou hospitais filantrópicos na forma que especifica, e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 24/04/2019, p. 12](#)

PROJETO DE LEI Nº 522, DE 2019

Dá nova redação ao artigo 9º da [Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008](#) que "Estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)"

[DOE, Legislativo, 24/04/2019, p. 12](#)

PROJETO DE LEI Nº 518, DE 2019

Proíbe, nos locais que especifica, a prática, por qualquer meio, de direcionamento publicitário e de comunicação mercadológica à criança, com a intenção de persuadi-la ao consumo de qualquer marca, produto ou serviço, e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 24/04/2019, p. 11](#)

TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)

COMUNICADOS

COMUNICADO GP Nº 15/2019

SISTEMA AUDESP: RESULTADO DO 1º BIMESTRE

MUNICÍPIOS SEM ALERTA

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, por seu Presidente, e, considerando as informações contidas no processo SEI 376/2019-32 – que abriga o resultado do 1º bimestre de 2019 das análises contábeis dos municípios jurisdicionados, para fins do acompanhamento previsto na Lei Complementar nº 101/00 – a Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público OS MUNICÍPIOS, DE CUJA

	<p>ANÁLISE NÃO RESULTOU ALERTA DA LRF, PARA O PERÍODO: (...) GP, 23 de abril de 2019. ANTONIO ROQUE CITADINI PRESIDENTE DOE, Legislativo, 24/04/2019, p. 33</p> <p>COMUNICADO GP Nº 14/2019 SISTEMA AUDESP: RESULTADO DO 1º BIMESTRE CÂMARAS MUNICIPAIS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUE DEIXARAM DE ENVIAR O BALANCETE CONTÁBIL O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, por seu Presidente, e, considerando as informações contidas no processo SEI 376/2019-32 – que abriga o resultado do 1º bimestre de 2019 das análises contábeis dos municípios jurisdicionados, para fins do acompanhamento previsto na Lei Complementar nº 101/00 – a Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público AS CÂMARAS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL QUE DESCUMPRIRAM AS INSTRUÇÕES VIGENTES, DEIXANDO DE APRESENTAR O BALANCETE CONTÁBIL E COM ISTO IMPEDIRAM O SISTEMA AUDESP DE PROCEDER ÀS ANÁLISES DOS DADOS DE RECEITA E DESPESA, PARA FINS DO ART. 59: (...) Importa ressaltar que o descumprimento das Instruções poderá ensejar aplicação de multa, a critério do Relator do processo de contas anuais, a quem cabe analisar as razões de defesa. GP, 23 de abril de 2019. ANTONIO ROQUE CITADINI PRESIDENTE DOE, Legislativo, 24/04/2019, p. 33</p> <p>COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA COMUNICADO GP Nº 13/2019 SISTEMA AUDESP: RESULTADO DO 1º BIMESTRE MUNICÍPIOS QUE DEIXARAM DE ENVIAR O BALANCETE CONTÁBIL O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, por seu Presidente, e, considerando as informações contidas no processo SEI 376/2019-32 – que abriga o resultado do 1º bimestre de 2019 das análises contábeis dos municípios jurisdicionados, para fins do acompanhamento previsto na Lei Complementar nº 101/00 – a Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público AS PREFEITURAS QUE DESCUMPRIRAM AS INSTRUÇÕES VIGENTES, DEIXANDO DE ENVIAR O BALANCETE CONTÁBIL E COM ISTO IMPEDIRAM O SISTEMA AUDESP DE PROCEDER ÀS ANÁLISES DOS DADOS DE RECEITA E DESPESA, PARA FINS DO ART. 59: (...) Importa ressaltar que o descumprimento das Instruções poderá ensejar aplicação de multa, a critério do Relator do processo de contas anuais, a quem cabe analisar as razões de defesa. GP, 23 de abril de 2019. ANTONIO ROQUE CITADINI PRESIDENTE DOE, Legislativo, 24/04/2019, p. 32</p>
<p>23/04/2019</p>	<p>OFÍCIOS OFÍCIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO</p>

EXTRATO DE DESPACHO

Processo nº: 2077323-86.2019.8.26.0000

Classe - Assunto: Direta de Inconstitucionalidade - Atos Administrativos

Autor: Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo –APEOESP

Réu: Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Relator(a): Jacob Valente

Órgão Julgador: Órgão Especial

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), dentro da prerrogativa do artigo 90 da Constituição Bandeirante, objetivando declaração de inconstitucionalidade *in abstracto* do artigo 5º, e seus incisos, da [Lei Estadual Complementar nº 1.333, de 17 de dezembro de 2018](#), que classifica como despesas passíveis de aplicação dos recursos excedentes ao limite mínimo estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal, além daquelas relativas às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as oriundas de: gestão pedagógica da educação básica; manutenção e suporte da educação básica; despesas necessárias ao equilíbrio atuarial e financeiro do sistema previdenciário próprio; programas de educação profissional e tecnológica.

Diz o sindicato autor que o constituinte bandeirante optou por vincular o mínimo de 30% do orçamento corrente anual para despesas estritamente relacionadas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino público, ficando para lei específica estabelecer quais despesas se enquadram nesse critério (artigo 255, e parágrafo único, da C.E.), as quais não podem destoar do artigo 70 da [Lei 9.394/1996](#) (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), como ocorre naquelas relacionadas no citado artigo 5º da LC 1.333/2018.

Pleiteia, ao fim e ao cabo, a concessão da liminar para suspender a eficácia do citado artigo da LC 1.333/2018 do Estado de São Paulo, bem como a procedência da ação para declarar a inconstitucionalidade desse dispositivo normativo.

(...)

Diante do exposto, concedo parcialmente a tutela cautelar, com efeitos '*ex nunc*', para suspender a eficácia apenas do inciso III do artigo 5º da LC 1.333, de 17 de dezembro de 2018, do Estado de São Paulo, no que tange à aplicação dos recursos para fazer frente ao estabelecido no parágrafo único do artigo 5º do [Decreto Estadual nº 52.859, de 02 de abril de 2008](#), nos termos dos artigos 10, § 3º, da [Lei 9.868/99](#) e 230 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça.

(...)

São Paulo, 10 de abril de 2019.

Jacob Valente - Relator

[DOE, Legislativo, 23/04/2019, p. 11](#)

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 516, DE 2019

Veda a compra, venda, fornecimento e consumo de bebidas alcoólicas nas instituições de ensino, públicas e privadas, incluindo aquelas voltadas ao Ensino Superior, e proíbe, expressamente, as chamadas festas "*open bar*", nestas mesmas instituições, em todo o Estado de São Paulo

[DOE, Legislativo, 23/04/2019, p. 12](#)

PROJETO DE LEI Nº 515, DE 2019

Assegura a produção, fornecimento, consumo, comércio, uso e

	<p>distribuição, de canudos em todo o Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 23/04/2019, p. 12</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 514, DE 2019</u> Dispõe sobre a inclusão da disciplina Noções Básicas de Direito no currículo escolar do Ensino Médio, no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 23/04/2019, p. 11</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 513, DE 2019</u> Institui o Programa Paulista de Incentivo ao Idoso, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 23/04/2019, p. 11</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 512, DE 2019</u> Dispõe sobre o funcionamento de Gabinetes Optométricos de profissionais habilitados para o atendimento à saúde visual primária na rede privada do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 23/04/2019, p. 11</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
27/04/2019	<p><u>DECRETO Nº 58.728, DE 26 DE ABRIL DE 2019</u> Atribui à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – SMT a realização dos serviços que especifica relativamente às vias públicas que integram o Sistema Cicloviário no Município de São Paulo, nos termos da Lei nº 14.266, de 6 de fevereiro de 2007.</p> <p><u>DECRETO Nº 58.727, DE 26 DE ABRIL DE 2019</u> Regulamenta a permissão de uso de baixos de viadutos, pontes e adjacências incluídos no Plano Municipal de Desestatização, nos termos da Lei nº 16.703, de 4 de outubro de 2017, e da Lei nº 16.651, de 16 de maio de 2017.</p>
18/04/2019	<p><u>DECRETO Nº 58.718, DE 17 DE ABRIL DE 2019</u> Regulamenta o Regime de Previdência Complementar - RPC instituído, no âmbito do Município de São Paulo, pela Lei nº 17.020, de 28 de dezembro de 2018.</p> <p><u>DECRETO Nº 58.717, DE 17 DE ABRIL DE 2019</u> Institui o Plano Municipal de Segurança Viária 2019/2028 e o Comitê Permanente de Segurança Viária do Município de São Paulo.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço:http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107